



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 184/12

Dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, conforme dispõem a Constituição Estadual e a Constituição da República.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O sistema remuneratório dos militares estaduais, membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente Lei.

**Parágrafo único.** O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

**Art. 2º** Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao militar ativo, da reserva, da reforma, e gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

**§1º** A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nos postos, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

**§ 2º** A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

#### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

**Art. 3º** O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - gratificação natalina, na forma do art. 45, § 8º e art. 34, inc. IV, da Constituição Estadual de 1989;

II - terço de férias, na forma do art. 34, inc. X e art. 45, § 8º, da Constituição Estadual de 1989;

III - diária, conforme legislação em vigor;

IV - indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei 14.268/03 e Decreto nº 3.494/04;

V - verba transitória decorrente do exercício de função privativa policial, de chefia, direção, assessoramento e aos integrantes da Casa Militar da Governadoria do Estado, a ser regulamentado por Lei.

VI - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, a ser regulamentada por decreto;

VII - indenização por remoção, na forma da presente Lei;

VIII - ressarcimento por funeral, na forma da presente Lei;

IX - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

X - diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§1º As verbas previstas nos incisos V, VI e X estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§2º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

**Art. 4º** A indenização por remoção é devida ao militar estadual nas transferências, sejam a pedido ou no interesse do serviço público, que impliquem em modificações de sede, no valor equivalente a 01 (um) subsídio de seu respectivo posto ou graduação.

§ 1º A indenização por remoção será paga somente na efetivação da mudança de domicílio, em parcela única, sendo vedado o pagamento antecipado, o pagamento durante o período de fruição de férias e outros afastamentos.

§ 2º A indenização por remoção não será incorporada e não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

§ 3º A indenização por remoção não poderá ser concedida concomitantemente com diária no novo domicílio.

§ 4º O conceito de modificação de sede será regulamentado por decreto.

§ 5º A indenização por remoção a pedido não poderá ser percebida mais que uma vez no período de 02 (dois) anos.

**Art. 5º** O ressarcimento por funeral é devido para custeio das despesas decorrentes do falecimento do militar estadual no valor equivalente a 01 (um) subsídio do posto ou graduação ocupado.

§ 1º Para o pagamento do ressarcimento por funeral é necessário que o cônjuge, companheiro (a) ou, à falta destes, qualquer pessoa, comprove ter suportado as despesas em virtude do falecimento do militar estadual mediante requerimento administrativo.

§ 2º O pagamento do ressarcimento por funeral será deferido mediante requerimento administrativo, em parcela única, instruído obrigatoriamente com o atestado de óbito, nota fiscal em nome do requerente e comprovante de pagamento de traslado, se for o caso.

§ 3º O ressarcimento por funeral não servirá de base de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

**Art. 6º** O subsídio do militar estadual, carreira organizada em níveis hierárquicos, será estruturado em 11 (onze) referências para cada posto ou graduação, conforme Anexo I.

**Art. 7º** O desenvolvimento na carreira da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros dar-se-á pelos institutos da promoção e progressão.

§ 1º A promoção do militar ativo de um posto ou graduação para outro imediatamente superior observará as normas contidas na legislação dos militares do Estado do Paraná.

§ 2º Quando da promoção, o militar ocupará a mesma referência no novo posto ou graduação, conforme a tabela constante do Anexo I.

§ 3º Não haverá promoção de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão, ressalvadas as hipóteses de promoção do policial que perder a vida em serviço, prevista no art. 265 da Lei 1.943/54, ou as decorrentes de ato de bravura, ou ainda, em virtude de ressarcimento por preterição.

§ 4º A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro do mesmo posto ou graduação, ao militar que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo III.

§ 5º No momento em que o militar atingir a referência de número 6 (seis)

a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 6º Não haverá progressão de militares da reserva remunerada, reformados e geradores de pensão.

Art. 8º Na data da publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento do militar ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo II.

Parágrafo único. O enquadramento do militar ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

Art. 9º O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

Parágrafo único. A revisão geral de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

Art. 10. O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

Art. 11. Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I - soldo;
- II - gratificação adicional por tempo de serviço;
- III - gratificação localidade especial da PM;
- IV - vantagem pessoal;
- V - diferença de soldo;
- VI - diferença de soldo judicial;
- VII - salário-família;
- VIII - gratificação de ensino – Colégio da Polícia Militar;
- IX - gratificação de ensino – PMPR;
- X - substituição de pessoal militar – Soldo;
- XI - substituição PM - Gratificação Especial;
- XII - gratificação de função militar - cursos;
- XIII - indenização de representação do pessoal militar;

- XIV - ajuda de custo PM;
- XV - aquisição uniformes PM;
- XVI - indenização de transporte do pessoal militar;
- XVII - indenização serviço extraordinário;
- XVIII - operação escudo;
- XIX - operação verão;
- XX - operação safra;
- XXI - operação Foz-séguro;
- XXII - gratificação técnica;
- XXIII - indenização de representação - Ass. Militar;
- XXIV - indenização de representação - Força Alfa;
- XXV - prêmio especial armas;
- XXVI - indenização de representação Casa Militar;
- XXVII - indenização de representação - Encargos;
- XXVIII - vencimentos dos cargos de provimento em comissão;
- XXIX - gratificação de cargo em comissão;
- XXX - gratificação representação de gabinete DAS;
- XXXI - adicional de inatividade;
- XXXII - vantagem pessoal PMPR - Lei 16.469/10;
- XXXIII - diferença de salário mínimo;
- XXXIV - gratificação de tempo integral;

XXXV - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 3º.

**Parágrafo único.** Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

**Art. 12.** A remuneração do soldado de segunda classe passa a ser efetivada por meio de bolsa-auxílio no valor constante do Anexo I desta Lei.

**Art. 13.** O militar da graduação de soldado de 1ª classe, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente, que for aprovado no curso de formação de oficiais, continuará a perceber o subsídio de sua respectiva graduação, até ser promovido a aspirante a oficial.

#### CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS MILITARES DA REFORMA, RESERVA REMUNERADA E GERADORES DE PENSÃO

**Art. 14.** Aplica-se aos militares da reforma, reserva remunerada e aos geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º O valor do subsídio dos militares da reforma, reserva remunerada e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º O enquadramento do militar da reforma, reserva remunerada e gerador de pensão, será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º O cálculo dos proventos da reserva remunerada, reforma e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA CONTRIBUIÇÃO DO FASPM FRENTE AO SUBSÍDIO

**Art. 15.** A contribuição em favor do Fundo de Assistência à Saúde dos Militares Estaduais - FASPM - será considerada de caráter facultativo.

§ 1º Os militares estaduais da ativa, aposentados e geradores de pensão que tiverem interesse em contribuir para o FASPM devem manifestar sua concordância com o desconto, por escrito, diretamente à Presidência do Fundo.

§ 2º O valor do desconto do FASPM será de 0,5 (meio por cento) do subsídio.

§ 3º O valor do desconto do FASPM será acrescido em 0,2 (zero vírgula dois por cento) do subsídio por dependente, limitado ao percentual máximo de 2% (dois por cento).

**Art. 16.** Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

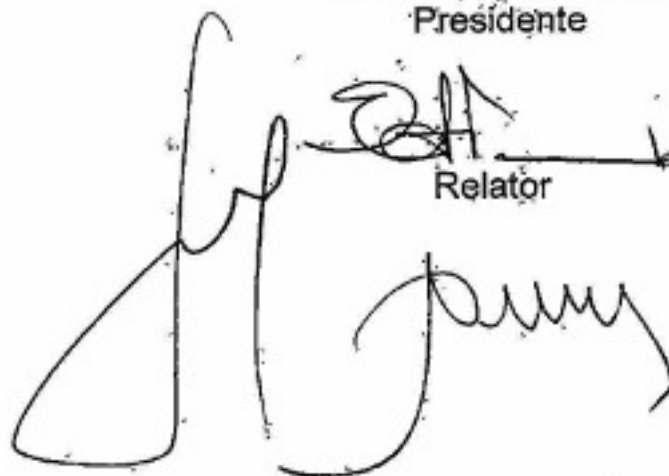
Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator







## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 185/12

Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil e Delegados do Estado do Paraná, conforme determina o § 9º do art. 144 da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O sistema remuneratório dos policiais civis e delegados, membros da Polícia Civil do Estado do Paraná, é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma das tabelas constantes nos Anexos I, II e III da presente Lei.

**Parágrafo único.** O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

**Art. 2º** Nenhuma redução remuneratória de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao policial e delegado ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

**§ 1º** A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes nos Anexos I, II e III e revisões gerais anuais de subsídio.

**§ 2º** A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

#### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

**Art. 3º** O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

II – terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

III – diária, na forma da legislação em vigor;

IV – indenização por morte e acidentes pessoais, nos termos da Lei n.º 14.268/03 e Decreto n.º 3.494/04;



V – verba transitória decorrente de função privativa policial de chefia, direção e assessoramento, a ser regulamentada por lei;

VI – indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VII – indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VIII – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

IX – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1º As verbas previstas nos incisos V e IX estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 4º. O subsídio para os policiais civis será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe.

Parágrafo único. Para o ano de 2012, a implantação dar-se-á na forma do Anexo I, e para o ano de 2013, na forma do Anexo II.

Art. 5º O subsídio dos delegados será estruturado em 8 (oito) referências para cada classe, conforme Anexo III.

Art. 6º O desenvolvimento na carreira dos policiais civis e delegados será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1º A promoção dos policiais e delegados para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na legislação em vigor para cada carreira.

§ 2º O policial e o delegado ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço, conforme tabelas constantes nos Anexos I, II e III.

§ 3º Não haverá promoção de policiais e delegados aposentados e geradores de pensão.

§ 4º A progressão é a passagem de uma referência de subsídio para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, ao policial e delegado que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná.

§ 5º No momento em que o policial civil atingir a referência de número 6 (seis), a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, conforme Anexo IV.

§ 6º A progressão na carreira de delegado dar-se-á na forma do Anexo V.

§ 7º Não haverá progressão de policial civil e do delegado aposentado e gerador de pensão.

Art. 7º Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do policial civil e delegado nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais de tempo de serviço, na forma dos Anexos VI e VII.

**Parágrafo único.** O enquadramento do policial civil e delegado ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

**Art. 8º** O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

**§ 1º** A revisão geral anual de 2012, para os policiais civis e delegados, já está incluída no valor de subsídio fixado nos Anexos I e II, respectivamente.

**§ 2º** A revisão geral anual de 2013, para os policiais civis, já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo II da presente Lei.

**Art. 9º** O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

**Art. 10.** Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I - salário-base;
- II - gratificação fixa de cargo em comissão;
- III - gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV - gratificação adicional Emenda 19;
- V - gratificação - Decreto 3.105/97;
- VI - gratificação de representação de gabinete DAS;
- VII - gratificação de encargos especiais;
- VIII - função gratificada;
- IX - substituições;
- X - gratificação de representação de delegados;
- XI - gratificação de realização de trabalho relevante;
- XII - ajuda de custos;
- XIII - gratificação de tempo integral sobre remuneração;
- XIV - gratificação FUNRESPOL;
- XV - tempo integral e dedicação exclusiva - Polícia Civil;
- XVI - tempo integral e dedicação exclusiva;
- XVII - prêmio especial - armas;
- XVIII - gratificação GEEBE;
- XIX - correção monetária;

XX - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 3º.

**Parágrafo único.** Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

#### **CAPÍTULO IV** **APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS POLICIAIS CIVIS E DELEGADOS APOSENTADOS** **E GERADORES DE PENSÃO**

**Art. 11.** Aplica-se aos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º O valor do subsídio dos policiais civis e delegados aposentados e geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante dos Anexos I, II e III na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º O enquadramento do policial civil e delegado aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.


§ 3º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

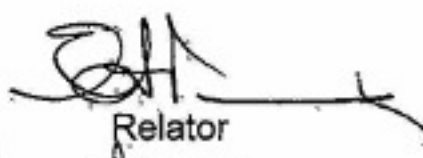
#### **CAPÍTULO V** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**


**Art. 12.** Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de caduça.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

  
ALEXANDRE CURN  
Presidente

  
Relator





## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 186/12

Dispõe sobre o subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia do Estado do Paraná, conforme preconiza o § 9º do art. 144 da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O sistema remuneratório dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo I da presente Lei.

**Parágrafo único.** O subsídio é fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo as verbas estabelecidas no art. 3º da presente Lei.

**Art. 2º** Nenhuma redução remuneratória, de proventos ou pensão, poderá advir em consequência desta Lei, sendo assegurado ao perito e ao auxiliar de perícia ativo, aposentado, ou gerador de pensão o direito à percepção do valor da diferença entre a remuneração, legalmente percebida na data da publicação desta Lei, e o subsídio correspondente.

**§ 1º** A diferença de subsídio de que trata este artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem à parte, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes, implantação dos valores constantes no Anexo I e revisões gerais anuais de subsídio.

**§ 2º** A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a quaisquer reajustes e revisão geral anual.

#### CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO SUBSÍDIO

**Art. 3º** O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I – gratificação natalina, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

II – terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

III – diária, na forma da legislação em vigor;

IV – verba transitória decorrente de função privativa policial de direção, chefia ou assessoramento, a ser regulamentada por lei;

V – indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VI – indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VII – abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

VIII – diferença de subsídio, na forma da presente Lei.

§ 1º As verbas previstas nos incisos IV e VIII estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

§ 2º As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos da reserva remunerada ou reforma e pensão.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DO SUBSÍDIO

**Art. 4º** O subsídio dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será estruturado em 11 (onze) referências para cada classe, na forma do Anexo I.

**Art. 5º** O desenvolvimento na carreira dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia será efetuado por meio dos institutos de promoção e progressão.

§ 1º A promoção dos peritos oficiais e dos agentes auxiliares de perícia para a classe imediatamente superior observará as normas contidas na Lei 14.678/05.

§ 2º Quando da promoção, o perito oficial e o agente auxiliar de perícia ocuparão a nova classe na referência respectiva de seu tempo de serviço; conforme Anexo I.

§ 3º Não haverá promoção de perito oficial e agente auxiliar de perícia aposentado ou gerador de pensão.

§ 4º A progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, concedida ao perito oficial e ao agente auxiliar de perícia que atingir 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II.

§ 5º No momento em que o perito oficial e o auxiliar de perícia atingirem a referência de número 6 (seis), a progressão ocorrerá a cada 2 (dois) anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II.

§ 6º Não haverá progressão de peritos oficiais e auxiliares de perícia aposentados e geradores de pensão.

**Art. 6º** Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do perito oficial e do agente auxiliar de perícia ativo nas respectivas referências de subsídio, conforme o número de adicionais por tempo de serviço, na forma do Anexo III.

**Parágrafo único.** O enquadramento do perito oficial e do agente auxiliar de perícia ativo será realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

**Art. 7º** O subsídio será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

**Parágrafo único.** A revisão geral anual de 2012 já está incluída no valor de subsídio fixado no Anexo I.

**Art. 8º** O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal.

**Art. 9º** Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório anterior:

- I – salário-base;
- II – gratificação adicional Emenda 19;
- III – gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV – função gratificada;
- V – gratificação de realização de trabalho relevante;
- VI – ajuda de custos;
- VII – gratificação tempo integral sobre remuneração;
- VIII – tempo integral e dedicação exclusiva;
- IX – gratificação de direção, chefia e assessoramento;
- X – adicional de insalubridade;
- XI – adicional de periculosidade;

XII – gratificação fixa cargo em comissão;

XIII – gratificação de produtividade;

XIV – gratificação técnica;

XV – serviço extraordinário;

XVI – encargos especiais judicial;

XVII – revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 3º.

**Parágrafo único.** Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

#### CAPÍTULO IV APLICAÇÃO DO SUBSÍDIO AOS PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES DE PERÍCIA APOSENTADOS E GERADORES DE PENSÃO

**Art. 10.** Aplica-se aos peritos oficiais e aos auxiliares de perícia aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º O valor do subsídio dos peritos oficiais e dos auxiliares de perícia aposentados e dos geradores de pensão será estipulado conforme a tabela constante do Anexo I, na referência correspondente ao número de adicionais por tempo de serviço na data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º O enquadramento do perito oficial e do auxiliar de perícia aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

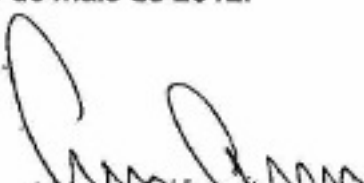
#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 11.** Ficam expressamente revogadas todas as disposições de ordem remuneratória contidas em leis esparsas ou de carreira.

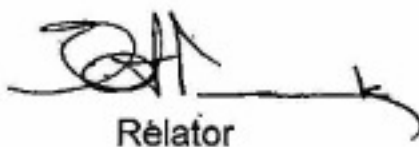


**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

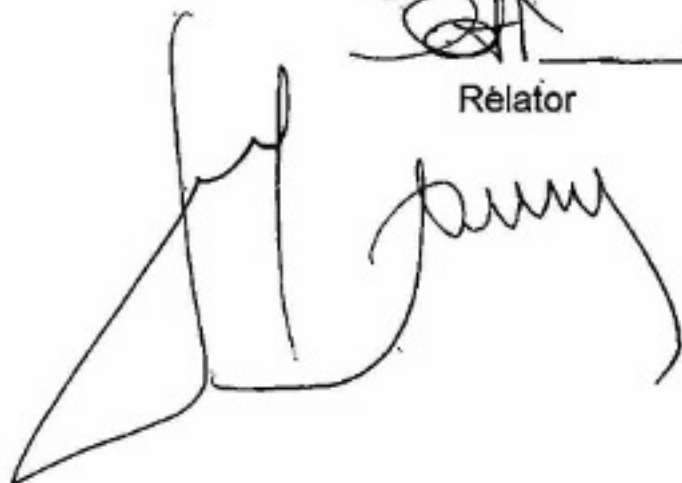
Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURTI  
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 187/12

Estabelece a Função Privativa-Policial - FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Fica criada a Função Privativa-Policial - FPP para o exercício das atribuições de direção, chefia e assessoramento, exclusivamente, da estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil e Científica, e para o exercício de atribuições inerentes à Casa Militar da Governadoria do Estado, na forma do Anexo I da presente Lei.

**Art. 2º.** A Função Privativa-Policial é de livre indicação do Titular do Órgão e pode ser retirada no momento em que cessar o exercício da atribuição de direção, chefia e assessoramento.

**Art. 3º.** O número de Funções Privativas-Policiais existentes na estrutura organizacional da Polícia Militar, Civil, Científica e Casa Militar da Governadoria do Estado é o constante nos Anexos II, III, IV e V, respectivamente.

#### CAPÍTULO II DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXERCÍCIO

**Art. 4º.** A Função Privativa-Policial é atribuída exclusivamente ao policial militar, civil, delegado, perito oficial e auxiliar de perícia e deve recair, preferencialmente, em militares e servidores civis estáveis com habilitação profissional correspondente.

§ 1º A Função Privativa-Policial é concedida por indicação do Titular do Órgão, exceto em relação à EPP1, que é privativa de nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O ato concessivo da Função Privativa-Policial deve-se dar por meio de nomeação publicada no Diário Oficial do Estado, que contenha o nome completo do servidor, número de identidade, código ou simbologia da função, denominação da função e descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

### CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DA FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL

**Art. 5º** A remuneração da Função Privativa-Policial será efetuada por meio de verba transitória, em valor único, conforme Anexo I da presente Lei.

**Parágrafo único.** A Função Privativa-Policial em substituição será remunerada nas hipóteses de férias, licença maternidade, especial, acidente de trabalho e para tratamento de saúde própria ou em pessoa da família, que impliquem em período de afastamento superior a 15 (quinze) dias.

**Art. 6º** A percepção da verba transitória decorrente da Função Privativa-Policial é compatível com as seguintes verbas:

- I - subsídio;
- II - gratificação natalina;
- III - adicional de férias;
- IV - diária;
- V - indenização por morte e acidentes pessoais;
- VI - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da Polícia;
- VII - indenização por remoção;
- VIII - ressarcimento por funeral;
- IX - abono de permanência;
- X - diferença de subsídio.

Parágrafo único. A parcela transitória decorrente da Função Privativa-Policial será incluída no cálculo das férias e gratificação natalina.

**Art. 7º** Não incidirá contribuição previdenciária sobre a parcela transitória.

**Art. 8º** A parcela transitória não pode servir de base de cálculo para quaisquer outras verbas remuneratórias, não é incorporável às aposentadorias e pensões e não é acumulável com cargo em comissão, funções gratificadas ou de natureza assemelhada, em qualquer esfera do Poder Executivo Estadual.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos desta Lei.

**Art. 10.** A quantidade de Funções Privativas-Policiais previstas nesta lei, para os órgãos relacionados no Art. 1º, poderá ser revista por ato do Chefe do Poder Executivo, após análise da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

**Art. 11.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar, Delegado-Geral da Polícia Civil ou do Diretor-Geral da Polícia Científica, após análise das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, Planejamento e Coordenação-Geral e da Fazenda quanto aos assuntos referentes a cada uma das Pastas.

**Art. 12.** O Poder Executivo autorizará e readequará, se necessário, as dotações orçamentárias no exercício de 2012 para os órgãos atingidos por esta Lei, em conformidade com os limites da Lei Complementar 101/2000.

**Parágrafo único.** Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou abertura de créditos adicionais, na forma da Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e funcionais a partir de 1º de maio de 2012.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

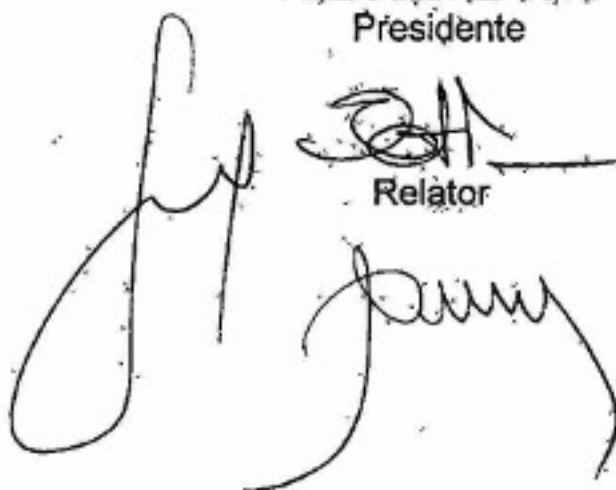


ALEXANDRE CURI

Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 188/12

Aprova a construção da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Estado do Paraná.

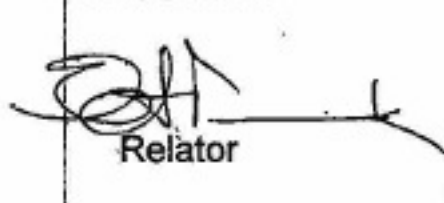
**Art. 1º** Fica aprovada a construção da Usina Hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, estando convalidada a autorização decorrente do que dispõe o art. 209 da Constituição do Estado do Paraná.

**Art. 2º** A presente autorização não exige a possibilidade de responsabilização diante da ausência da autorização convalidada no art. 1º desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator